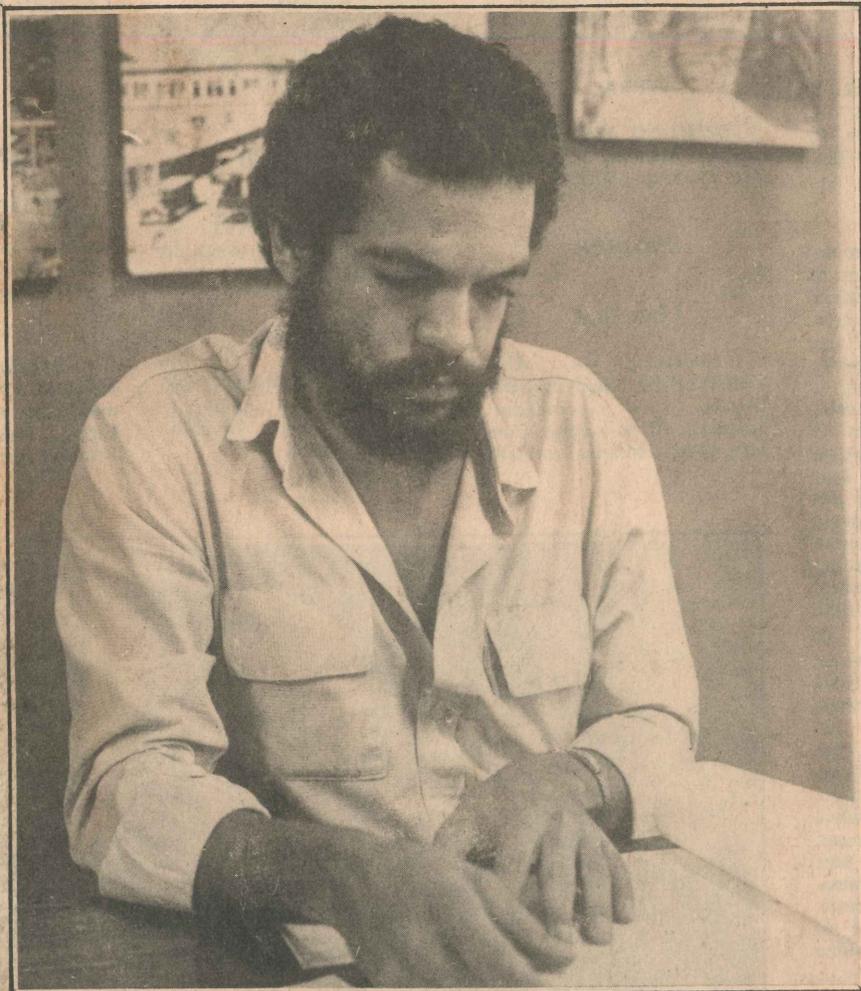


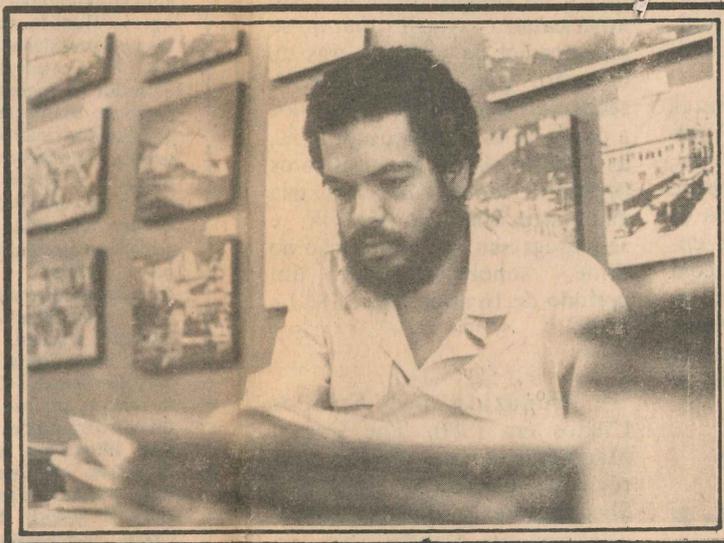
A211.051



Betarello: "É preciso que a cidade conheça o PDU".

## FERNANDO BETARELLO

# "É preciso organizar o crescimento da cidade"



"O Legislativo deveria analisar este trabalho"

Afinal, o que é o PDU, um plano discutido que tem o ambicioso objetivo de pôr fim ao crescimento desordenado de Vitória? Por que ele está demorando tanto a ser estudado pela Câmara dos Vereadores? Para responder a estas perguntas, ouvimos um dos próprios autores do plano, Fernando Betarello, do Instituto Jones dos Santos Neves.

### Entrevista a Júlio Fabris

**A** GAZETA: Quais têm sido os problemas para a aprovação do PDU?

**Fernando Betarello:** Quem pode responder isto para você não sou eu nem o Instituto, mas sim a Câmara dos Vereadores. A gente tentou, desde a primeira entrega do trabalho, ouvir todas as sugestões que foram feitas, além das críticas, nos reunir com sindicatos, associações, prefeitura, elaboramos todas as modificações do trabalho. E foi feito um novo projeto de lei, corrigidas algumas coisas. O PDU foi novamente entregue à Prefeitura. Isso foi feito sempre com a presença do corpo técnico da Secretaria de Obras da Prefei-

ainda, que iriam se reunir para ler o texto.

**A GAZETA:** Como você vê este atraso à aprovação? Pode ser prejudicial ao próprio texto do PDU?

**Betarello:** Eu acho que este plano é um processo. Principalmente um plano deste porte. Na elaboração dos trabalhos, contou-se com a participação das concessionárias, como Cesan, Escelsa e Detran. Ele foi elaborado em cima da situação hoje e em cima das propostas das concessionárias para o desenvolvimento de suas atividades até o ano dois mil. Tentamos calibrar a densidade máxima de cada zona de acordo com esses planejamentos. A Cesan, por sinal, já está desenvolvendo seus trabalhos em cima das propostas do PDU. Eles estão fazendo uma reestruturação da distribuição de água na cidade, baseados no PDU. Se o plano não for implantado, ou se

da aglomeração em algumas áreas. Se o plano inicialmente tinha um alcance para 1995, em 1979 já estava furado. Para estas concessionárias, é importante haver um planejamento, um plano de fundo. A Escelsa tem problemas em algumas áreas, como centro da cidade. Se aumentar muito a população, ou o setor terciário naquela área, o resultado é uma carga muito grande. Assim eles teriam que mudar toda a fiação, colocando fios de alta tensão, que terão de ser subterrâneos. Isso afetaria a cidade como um todo. Para evitar problemas como este, será preciso um planejamento. Para a Telest, é preciso saber para onde está crescendo a cidade, onde está o comércio, como vai ser a expansão da linha telefônica. Eles precisam ter um pano de fundo para poder fazer um planejamen-

to, procurando estabelecer o que acontecia em cada área. Era o caso de estabelecer a densidade, as linhas rodoviárias, a infraestrutura, cada uma destas coisas em cada área. Em cima destes estudos saíram diversas propostas, que terminariam num instrumento legal, onde haveria desde os objetivos do plano, com as diretrizes para implantar esses objetivos, até instrumentos para controlar a expansão urbana. Seriam as leis de zoneamento do solo urbano, os modelos de assentamentos. O parcelamento do solo, que seria como você poderia parcelar uma gleba, quanto você deve deixar separado para área livre, com parques e praças. Isso, além de estabelecer o que deve ser loteado ou não; ou o que deve ser loteado com restrições. O zoneamento do solo vai estabelecer o que, em determinadas áreas, poderá ser desenvolvido. A

com o resto da cidade. Maruípe, por exemplo, já estabeleceu eixos residenciais. Fora destes eixos, é bom deixar como área residencial, onde só podem existir atividades do cotidiano, padarias ou farmácias. A legislação sobre o uso do solo estabeleceria onde determinadas atividades se localizariam. Outro ponto é o modelo de assentamentos, que estabeleceria a densidade urbana. Assim, se você tem um lote, se estabelece como você pode utilizar este lote. É o recuo frontal, o afastamento lateral, além de quanto você pode construir em cima deste lote, que no final das contas é o gabarito do prédio. É este modelo de assentamento está calibrado pela infraestrutura planejada. É o caso das galerias pluviais. Na Praia do Canto, as galerias foram estabelecidas para residências. Ela não comporta hoje uma densidade maior. Além disso, nós esta-

ineiramente arbitrária. Não é claro. Sendo uma colcha de retalhos, pode ser manuseada... Com o Sindicato da Construção, nós temos diálogo. Nós sentamos com os empresários da construção civil durante três meses, discutindo artigo por artigo do plano. Eles ajudaram, inclusive, a melhorar o texto.

**A GAZETA — Os empresários da construção civil também estariam interessados em organizar o crescimento da cidade?**

**Betarello:** Eles pelo menos pararam para discutir o plano. Participaram dos trabalhos. Estão preocupados. O assunto tocou a eles. Afinal, o PDU vai mexer com terreno, com gabarito. Eles têm seus interesses. Mas tudo bem: então, vamos sentar a uma mesa e discutir o plano. Aceitam que é necessário ter um plano? Tudo bem. Então vamos discuti-lo.

tura, o Sindicato da Construção Civil e o Instituto dos Arquitetos do Brasil. Em alguns momentos esta reelaboração do trabalho contou com a presença da Federação das Indústrias. Nós entendemos que nenhum trabalho deve conter instrumentos dogmáticos nele, deve estar sempre aberto a discussões. E nós do Instituto sempre nos propusemos a isso. Estamos sempre abertos para esta nova discussão que se deva fazer. Agora não sei o que pode estar acontecendo a nível de Câmara. O que a gente pode dizer é que estamos abertos à discussão.

**A GAZETA: Houve alguma crítica específica a algum ponto do texto?**

**Betarello:** A este novo texto não conheço qualquer crítica. Não houve ainda qualquer discussão pelo menos a nível de Câmara Municipal. Eu realmente não sei o que pode estar acontecendo.

**A GAZETA: Eles não procuraram o Instituto?**

**Betarello:** Não.

**A GAZETA: Nem opinaram acerca do texto?**

**Betarello:** Tudo o que eu sei é pelo jornal. Sei apenas, pelo jornal, que eles não leram o texto

demorar muito, o que pode acontecer é que todo o planejamento adotado pela Cesan se tornar uma coisa inviável. No final eles terão feito um plano em cima de uma densidade que não será cumprida. O planejamento da Cesan correria, assim, o risco de ficar furado.

**A GAZETA: A Cesan e a Escelsa se mostraram interessados na existência de um plano diretor para Vitória?**

**Betarello:** É claro. Eles fazem seus planos em cima do crescimento da malha urbana. E eles não se interessam só por Vitória, se interessam pelos cinco municípios. Se Vitória está com um crescimento excessivo, eles têm que alocar recursos em lugares que crescem muito, ou que se verticalizem, como Praia do Canto, Bento Ferreira, Camburi. Você aloca recursos nestes bairros, em detrimento de todos os outros. Atualmente, eles não conseguem fazer um planejamento a nível global para toda região. Por exemplo, a Cesan tinha um planejamento feito em 75. Em 1979 eles sentiram necessidade de fazer um novo plano. Aquele plano anterior furou em virtude do crescimento

**A GAZETA: E de que forma o PDU prevê a expansão da malha urbana?**

**Betarello:** Bom, em primeiro lugar o plano está, antes de mais nada, interessado não no crescimento de Vitória apenas, mas de toda a aglomeração. Assim, a primeira parte do trabalho cuida de um estudo dos cinco municípios. Foi uma atualização do Plano de Estruturação do Espaço, que é de 1976. No PDU foram introduzidos diversos elementos, que não constavam do plano de 76. Entre outras coisas, foram definidas as localizações da terceira ponte e do estaleiro de reparos navais, além do próprio porto de Capuaba. Em 78, quando começamos a elaborar este trabalho, tivemos que fazer diversas variações sobre o PEE. Além do mais, foram feitos diversos estudos, que antes não havia, como o de população. O Censo Escolar, promovido pela Secretaria da Educação, nos deu muitos elementos sobre migração. A primeira coisa foi procurar entender como funcionava a aglomeração urbana. O segundo momento do trabalho foi entender o município em si. Dividimos o município em diversas áreas,

áreas, poderá ser desenvolvido. A gente tentou estabelecer eixos comerciais em Vitória. São os locais onde 80% do transporte coletivo passam. Seriam locais que funcionariam quase como centros de alguns bairros. Esses eixos limitariam zonas residenciais. Um dos efeitos disto seria preservar determinadas áreas residenciais de Vitória. Quando a gente começou a fazer o plano, começamos a notar que determinadas atividades comerciais estavam saindo do centro e se dirigindo para áreas residenciais.

Era o que estava acontecendo com Praia do Canto, Maruípe, Bento Ferreira... É claro que o Centro já não comporta mais atividades comerciais; mas vamos tentar organizar esta expansão das atividades comerciais. Aqui na Praia do Canto, por exemplo, existe uma zona residencial muito grande que está, principalmente, ao longo da reta da Penha, indo até a Ponte da Passagem. Assim, para atividades como consultório médico, lojas, escritórios, que devem ficar perto de quem vai consumir, a gente tenta reservar uma área. Mas, ao mesmo tempo, tentando reservar uma área residencial dentro da própria Praia do Canto. Isso aconteceu também

Além disso, nós estabelecemos alguma coisa sobre patrimônio histórico. Nós tentamos fazer o tombamento de alguns prédios e construções a nível municipal. O Isphan se preocupa mais com o significado nacional do prédio. No nosso caso, certos prédios seriam tombados por sua importância local.

**A GAZETA: Que tipo de prédio poderia ser tombado através desta legislação municipal?**

**Betarello:** Carlos Gomes, Palácio do Governo...

**A GAZETA: Mas estes prédios não foram tombados pelo Isphan?**

**Betarello:** Não. A nível federal, nós temos tombado a Igreja do Rosário e de Santa Luzia, a Igreja de São Gonçalo, além do Convento, em Vila Velha, os Reis Magos, em Nova Almeida. Em Vitória, somente duas casas, além daquelas igrejas. Nós estaríamos cuidando, no PDU, do Patrimônio Histórico. Outra parte do plano, é o de equipamento urbano. É a questão de garagens, postos de gasolina, postos de saúde.

**A GAZETA: É uma tentativa de ordenar o crescimento da cidade. Você não poderia construir um prédio aleatoriamente.**

**Betarello:** A questão é que também hoje você não pode construir um prédio de qualquer maneira. A Prefeitura tem suas leis. Só que a lei municipal é de 64, e foi, durante todo este tempo, sofrendo remendos, sem qualquer visão da Grande Vitória, sem visão do município. A legislação de Vitória hoje é uma colcha de retalhos. Você não consegue entender porque na Praia é uma coisa, porque em Camburi é outra. As leis não têm nada a ver com a aglomeração. O que nós tentamos fazer foi entender o que estava acontecendo com a aglomeração urbana: nós temos Capuaba, a terceira ponte, o estaleiro, uma série de coisas que vão influenciar na cidade. A aglomeração está crescendo. Temos que entender este crescimento e colocar na mão da Prefeitura instrumentos para que ela consiga controlar este crescimento.

**A GAZETA — Você acredita que o PDU vai de encontro aos interesses do mercado imobiliário?**

**Betarello:** Eu acredito que até mesmo o mercado imobiliário precisa de um plano para conhecer direitas regras do jogo. Coisa que hoje varia muito com a Prefeitura. Chega a ser uma coisa

discuti-la

**A GAZETA: Há quem pense que os protelamentos da Câmara dos Vereadores em discutir o plano se deva a possíveis interesses da construção civil...**

**Betarello:** Eu acho que o Legislativo tem que ser respeitado em sua autonomia. O plano deve ser discutido na Câmara. O importante é que este plano seja entendido por todos. Se eles vão votar uma lei, é importante que eles saibam o que estão votando. Agora, nós pedimos à Prefeitura que antes de enviar o plano à Câmara, ele fosse discutido. O prefeito achou que era uma época boa e enviou o plano para a Câmara. É claro que quem não conhece o plano pode desconfiar dele. Mas, a partir daí, é importante discutir para poder passar a conhecê-lo.

**A GAZETA: Uma demora na aprovação do plano pode comprometer seus objetivos?**

**Betarello:** Vitória é o centro de aglomeração. É onde está localizado todo setor terciário. Bom, a cidade sempre se organiza, se ajusta. Assim, o centro já não comporta mais. Então, o comércio já está indo para a Praia do Canto, Bento Ferreira, mas está invadindo uma região residencial. É possível que o centro acabe se estrangulando de uma tal forma que até transitar pelas ruas vai ficar difícil. E, além disso, a tendência vai ser uma invasão na área residencial pelo comércio. Em termos de infraestrutura, o que pode acontecer é que a Cesan e a Escelsa vão ficar sempre indo atrás do crescimento da cidade. A partir de drenagem pluvial terá talvez que se reformular, pois, por exemplo, na Praia do Canto — ela foi prevista para habitações unifamiliares. E já começam a aparecer os prédios. Se o crescimento continuar deste jeito, os recursos terão que ser alocados em determinados bairros, sendo que os demais poderão ficar esquecidos. Para contornar isto, será preciso um plano a longo prazo. Que é o que propõe o PDU.

**A GAZETA: Como você vê a posição do prefeito?**

**Betarello:** Bom, o prefeito e o antigo secretário de obras, Laerce Machado sempre demonstraram interesse na existência de um plano que regulasse o crescimento da cidade. Tanto que Laerce esteve aberto a todas as discussões. O prefeito também, que se mostrou interessado em conhecer o trabalho.